

DESPACHO

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador DANIEL ANDSON DA COSTA, Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para exarar Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 013/2024, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Dispõe sobre o tratamento diferenciado, favorecido, regionalizado e simplificado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores individuais (MEI), no acesso ao mercado local e nas contratações públicas realizadas pela Administração Pública de São José do Seridó/RN e dá outras providências".

Gabinete do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São José do Seridó-RN, 18 de junho de 2024.

Ver. Loui gallo Dontes gorta
JOSÉ CARLOS DANTAS COSTA

PCMSJS



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

DESPACHO

Recebi hoje.

junho de 2024.

Nomeio o Sr. Vereador JUSSIÊNE DANTAS PEREIRA, como relator do Projeto de Lei n.º 013/2024, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Dispõe sobre o tratamento diferenciado, favorecido, regionalizado e simplificado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores individuais (MEI), no acesso ao mercado local e nas contratações públicas realizadas pela Administração Pública de São José do Seridó/RN e dá outras providências".

Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de São José do Seridó-RN, 18 de

DANIEL ANDSON DA COSTA PRESIDENTE DA CLJRF



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

PARECER Nº 014, DE 24 DE JUNHO DE 2024.

Ementa: Dispõe sobre o tratamento diferenciado, favorecido, regionalizado e simplificado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores individuais (MEI), no acesso ao mercado local e nas contratações públicas realizadas pela Administração Pública de São José do Seridó/RN e dá outras providências".

Autor: Poder Executivo Municipal.

Relator: JUSSIÊNE DANTAS PEREIRA.

I – RELATÓRIO:

- 1. Tratam-se os presentes autos acerca do **Projeto de Lei n.º 013/2024**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Dispõe sobre o tratamento diferenciado, favorecido, regionalizado e simplificado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores individuais (MEI), no acesso ao mercado local e nas contratações públicas realizadas pela Administração Pública de São José do Seridó/RN e dá outras providências".
- 2. A proposta em questão tramitou na Sessão Ordinária do dia 17 de junho de 2024, nesta Câmara Municipal. Em continuidade ao processo legislativo, uma vez decorrido o prazo regimental, foi a proposição encaminhada a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para exarar parecer conclusivo acerca da matéria em questão.
- 3. Por se tratar de análise de competência desta Comissão, passo a adentrar a análise preliminar da proposição em exame.
- 4. Sinteticamente, era o que importava relatar. Passamos a opinar.

II - DO VOTO:



- 5. Conforme preceitua na Resolução nº 05/1990 (Regimento Interno desta Câmara Municipal), em seu artigo 57, § 1º¹, compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre todos os assuntos entregues a sua apreciação no que tange a sua constitucionalidade e legalidade.
- 6. O presente projeto de lei encontra-se adequado aos requisitos legais e constitucionais formais.
- 8. Obedecidos aos requisitos formais, posso constatar que a matéria em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, tampouco a Lei Orgânica Municipal, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Ademais, percebese que a técnica legislativa e a redação encontram-se adequadas aos ditames legais.
- 9. Dessa forma, voto pela legalidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 013/2024, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Dispõe sobre o tratamento diferenciado, favorecido, regionalizado e simplificado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores individuais (MEI), no acesso ao mercado local e nas contratações públicas realizadas pela Administração Pública de São José do Seridó/RN e dá outras providências".

III – CONCLUSÃO:

- 10. Diante do exposto, não havendo óbices, voto no sentido da LEGALIDADE, CONSTITUCIONALIDADE e BOA TÉCNICA LEGISLATIVA do Projeto de Lei n.º 013/2024, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Dispõe sobre o tratamento diferenciado, favorecido, regionalizado e simplificado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores individuais (MEI), no acesso ao mercado local e nas contratações públicas realizadas pela Administração Pública de São José do Seridó/RN e dá outras providências", de modo que o Projeto está apto à aprovação do Plenário.
- 11. Remetam-se os autos ao Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a fim de que o mesmo encaminhe o presente Parecer ao Presidente da Câmara Municipal de São José do Seridó/RN.

¹ **Art. 57**. Compete a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre todos os assuntos entregues a sua apreciação nos aspectos constitucional e legal e, quando já aprovado pelo plenário, analisa-los sob o aspecto lógico e gramatical, de modo a adequar ao vernáculo o texto das proposições.

^{§ 1}º. Salvo expressa disposição em contrário deste Regimento Interno, é obrigatória a audiência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final em todos os Projetos de Lei, <u>de Decreto Legislativo</u> e de Resolução que tramitem pela Câmara Municipal.



Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de São José do Seridó-RN, 24 de junho de

2024.

Ver. JUSSIÊNE DANTAS PEREIRA
RELATOR DA CLJRF

| Pelas conclusões do Relator. | | |
|---|-----------------------|----|
| Sala das Comissões Permanentes, 24 de junho | de 2024. | 1/ |
| Ver. DANIEL ANDSON DA COSTA | CONVer. 2 | |
| DANIEL ANDSON DA COSTA | CLAYTON MARIANO DE SÁ | |
| PRESIDENTE DA CLJRF | MEMBRO | |



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

REMESSA

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador JOSÉ CARLOS DANTAS COSTA - Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São José do Seridó/RN, encaminho o incluso parecer sobre o Projeto de Lei n.º 013/2024, que "Dispõe sobre o tratamento diferenciado, favorecido, regionalizado e simplificado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores individuais (MEI), no acesso ao mercado local e nas contratações públicas realizadas pela Administração Pública de São José do Seridó/RN e dá outras providências".

Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de São José do Seridó-RN, 24 de junho de 2024.

DANIEL ANDSON DA COSTA PRESIDENTE DA CLJRF